



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 673/2011 – GP

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2011.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2010 a agosto de 2011, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Natal, 27 de setembro de 2011.

Desembargador Vivaldo Otávio Pinheiro
Presidente em Exercício

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

		R\$ Milhares	
		DESPESAS EXECUTADAS	
		(Bases 12 meses)	
		LICIDADAS	REMANESCENTES
		(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		77.675	583
Pessoal Ativo		61.870	583
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo		61.870	583
Pessoal Inativo e Pensionistas		15.806	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas		15.806	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		16.373	14
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-	-
Decorrentes de Decisão Judicial		-	-
Despesas de Exercícios Anteriores		610	14
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		15.763	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		61.302	570
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IVO = III + II/II)		61.302	570
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)			552.733.063
% de DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IVO/V) * 100			0,011094
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) <%>	0,024545		135.668
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) <%>	0,023318		128.886

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - Valores ref. Portaria STN nº 647 de 19/09/11

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

DESEMBARGADOR VIVALDO OTÁVIO PINHEIRO
Presidente em Exercício

YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA
Diretora-Geral em Substituição

FRANCISCO ANDRADE DE FREITAS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

YVETTE BEZERRA GUERREIRO MAIA
Secretária de Administração e Orçamento